

## **Dia Nacional de Mobilização Pela Revisão Salarial - PCS**

### **Quinta-feira – 10 de Setembro**

#### **ATO PÚBLICO UNIFICADO – TRT, TRE e JF**

#### **15h30min, na JF (Rua 19, 244, Centro)**

Nesta quinta-feira, 10/09, haverá nova mobilização em todo o país pela revisão salarial e pelo Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, conforme deliberação da última reunião ampliada da Fenajufe. Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho, do Eleitoral e da Justiça Federal realizarão Ato Público, às 15h30min, em frente ao prédio da Justiça Federal. É preciso que a categoria esteja unida para que haja avanços nas propostas em discussão e impedir retrocessos no debate sobre a carreira. No Ato Público será servido um lanche aos presentes. Participe!

### **Fenajufe discute proposta de revisão salarial com secretário geral do CNJ**

Durante reunião no dia 03/09 foi a vez da Fenajufe pautar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o debate sobre a revisão salarial e o plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal. Os coordenadores da Fenajufe Cláudio Klein e Antônio dos Anjos Melquíades (Melqui) se reuniram com o secretário geral do CNJ, Rubens Curado Silveira, oportunidade em que apresentaram algumas reivindicações da categoria a respeito da proposta que está sendo debatida entre os diretores e secretários gerais dos tribunais superiores e dos conselhos de justiça.

Melqui explicou que a proposta, diferente do que estava sendo discutida anteriormente no âmbito da Comissão Interdisciplinar do STF, não foi encaminhada ao Congresso Nacional em tempo de ter o seu impacto financeiro incluído na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010. Ele ressaltou que há uma expectativa por parte dos servidores quanto à tramitação da matéria ainda este ano e também uma insatisfação de alguns setores da categoria, como os agentes de segurança que não serão contemplados com a Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho (GTP).

Outro ponto destacado pelo coordenador da Fenajufe, foi em relação à qualquer gratificação que seja atrelada ao desempenho e ao cumprimento de metas

institucionais, compondo a remuneração do servidor. Melqui argumentou que esse tipo de política é combatido pelas entidades sindicais e sua implementação poderá trazer sérios prejuízos aos servidores, reforçando, por exemplo, a prática do assédio moral. O coordenador da Fenajufe também criticou a valorização de gratificações em detrimento do vencimento base.

Após expor os principais pontos do projeto e explicar as reivindicações dos servidores, os coordenadores da Fenajufe informaram ao secretário geral do CNJ que uma das saídas que está sendo discutida para que a proposta de revisão salarial tramite ainda este ano no Congresso Nacional é o apensamento da matéria ao PL 319/07, que já está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do deputado Geraldo Magela (PT-DF).

Rubens Curado disse que tem pouco conhecimento sobre a proposta dos diretores gerais e também sobre o PL 319 e, por isso, solicitou que a Fenajufe envie um documento com os principais pontos e as reivindicações da Fenajufe. O secretário geral do CNJ garantiu que estará à disposição para conversar com a Federação sobre essa proposta de revisão salarial e também sobre outras reivindicações da categoria. (Fenajufe)

### **Assessoria Jurídica do Sinjufego garante ações sem custos para os servidores**

Os servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás, filiados ao Sinjufego, contam com assessoria jurídica gratuita, ou seja, não pagam nenhum valor para a propositura de ações judiciais, nem antes nem depois do processo, independentemente de seu resultado. Assim, se os servidores perderem a ação, não terão que pagar os honorários à União, bem como, se a ação for vitoriosa, o servidor não pagará ao advogado os percentuais referentes a honorários advocatícios. Todas as despesas são pagas pelo sindicato.

Várias ações judiciais já foram propostas, e outras serão propostas em breve. Aqueles que ainda não estão filiados ao sindicato, caso queiram participar das ações, deverão se filiar para que os seus direitos sejam garantidos judicialmente. Basta acessar o site do Sinjufego ([www.sinjufego.org.br](http://www.sinjufego.org.br)) e preencher a ficha de filiação, ou solicitar a mesma pelo fone 62-3942-0641. Filie-se Já!

# Mobilização Geral Para Aprovação do PCCR

Na última sexta-feira (4), no Hotel Nacional, o conselho de delegados sindicais definiu estratégias e um calendário de mobilização para pressionar as administrações dos tribunais e do Ministério Público para o envio imediato dos projetos de lei para reajuste salarial dos servidores. Durante a reunião, Policarpo esclareceu dúvidas dos mais de 50 delegados e delegadas presentes sobre a proposta dos DGs para o Plano de Carreira e, ainda, sobre a urgência em exigir o pronto envio dos projetos ao Congresso Nacional. Policarpo ressaltou que o calendário do Sindjus para a aprovação do projeto está mantido: “Temos de nos unir, pressionar e lutar para que o projeto seja aprovado logo”, afirmou Policarpo.

No debate político, Policarpo reafirmou a possibilidade de emendar o PCCR ao PL 319, de 2007, que propõe transformar as carreiras de analista, técnico e auxiliar judiciário em cargos de uma única carreira – a judiciária – e estabelece adicional de qualificação para servidores. O projeto está na Comissão de Finanças à espera de votação desde 2007. Essa questão, aliás, foi

discutida entre Policarpo e o diretor-geral do STF, Alcides Diniz, no dia 31 de agosto.

Sobre a viabilidade de aprovar o PCCR, o coordenador do Sindjus afirmou que sempre há diversas possibilidades no processo legislativo. “É preciso apenas vontade política e isso só é possível com a mobilização da categoria, como nos ensinaram os PCs de 2002 e de 2006, além de tantas outras conquistas. O que não podemos é recuar. Se for preciso fazer greve, faremos! Tudo depende da mobilização da categoria e da nossa vontade de lutar”, ressaltou Policarpo.

Policarpo reúne-se hoje no dia 08/09 com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e amanhã com o presidente do TST, para tratar do Plano de Carreira. “O problema maior que nós enfrentamos é a Lei Orçamentária. Todas as vezes que tentamos apresentar um projeto desse nível, eles dizem que não há previsão orçamentária, mas sempre conquistamos o orçamento necessário e aprovamos os projetos”, afirmou o coordenador. (Sindjus/DF)

## Demóstenes Torres é o relator do PLC 06 na CCJ do Senado

Diferente do que havia sido publicado anteriormente pela Agência de Notícias da Fenajufe, o PLC 06/07, que trata do recesso de final de ano do Judiciário, tem como relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o senador Demóstenes Torres [DEM-GO] e não mais o senador Aloízio Mercadante [PT-SP]. A informação de que o líder do PT no Senado teria sido designado relator da matéria fora publicada na sessão de tramitação [link Atividade Legislativa], na página do Senado, no dia 24 de agosto. A informação correta, no entanto, já está na página da Casa desde o dia 3 de setembro.

A senador Demóstenes Torres foi autor do Requerimento nº 879, de 2009, que solicitava o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## Reunião ampliada da Fenajufe será no próximo dia 12 de setembro

A Fenajufe encaminhou nesta quarta-feira [02] a convocatória da próxima reunião ampliada da categoria, marcada para o dia 12 de setembro, em Brasília. Na pauta da reunião ampliada estão incluídos os seguintes pontos: informes das entidades; avaliação do Dia Nacional de Lutas [10 de setembro]; e revisão salarial.

Antes da ampliada, os sindicatos tem outro compromisso importante com a categoria. É o Dia Nacional de Lutas, convocado para 10 de setembro, em todo o país. Esse calendário foi aprovado na última reunião ampliada da Fenajufe, em que os delegados também aprovaram o Plano de Lutas e outros encaminhamentos em defesa da revisão salarial e do Plano de Carreira.

O coordenador da Fenajufe Antônio dos Anjos Melquíades [Melqui] afirma que é fundamental que todos os sindicatos joguem peso nas atividades do dia 10 de setembro, garantindo ampla participação da categoria. Ele orienta, ainda, que os sindicatos debatam com os servidores nas atividades de mobilização a proposta que estão sendo discutida pelos diretores gerais, divulgada pela Fenajufe na

última terça-feira [01].

“O momento exige de todos nós muita mobilização. É preciso que a categoria tenha conhecimento do que está sendo apresentado pela cúpula do Judiciário como proposta de revisão salarial. Não podemos aceitar a diferenciação com os agentes de segurança, por exemplo, e nem admitir a criação da avaliação de desempenho por meio de um programa de s. Mas para conseguirmos mudar o jogo, é fundamental a construção de um processo intenso de mobilização”, afirma Melqui.

Em Goiás, os servidores do Tribunal Regional do Trabalho, do Eleitoral e da Justiça Federal realizarão Ato Público, às 15h30min, em frente ao prédio da Justiça Federal. A participação da categoria é fundamental para que haja avanços nas propostas em discussão e impedir retrocessos no debate sobre a carreira. Os servidores interessados em participar da Reunião Ampliada devem entrar em contato com o Sinjufego ou com o Cezar (62-7813-6087) e deixar seu nome.